

# esporte tv ao vivo

A partir da sanção da Lei 14.790/2024, que regulamentou as apostas esportivas on-line (bets), empresas e apostadores que praticam a atividade ter o que recolher os tributos devidos no Brasil. Os recursos arrecadados serão destinados a áreas como saúde, educação e segurança pública. 3 de jan. de 2024

A partir da sanção da Lei 14.790/2024, que regulamentou as apostas esportivas on-line (bets), empresas e apostadores que praticam a atividade ter o que recolher os tributos devidos no Brasil. Os recursos arrecadados serão destinados a áreas como saúde, educação e segurança pública. 8 de jan. de 2024

Entra em vigor lei que tributa apostas on-line e define regras para a exploração do serviço. A norma regulamenta as apostas de cota fixa. 16 de jan. de 2024

Como funciona a regulamentação das apostas esportivas no Brasil? Veja o que diz a legislação e como se adaptar. Qual as leis e projetos de Lei 14.790/23? Benefícios da regulamentação. 16 de jan. de 2024

Como funciona a regulamentação das apostas esportivas no Brasil? Veja o que diz a legislação e como se adaptar. Qual as leis e projetos de Lei 14.790/23? Benefícios da regulamentação. 22 de dez. de 2024

Com a regulamentação das apostas, o Ministério do Esporte vai aumentar os investimentos na área em todo o país. 31 de dez. de 2024

Lei sancionada no sábado (30) proíbe apostas para menores de 18 anos e pessoas que possam ter influência sobre os jogos. 10 de jan. de 2024

A introdução de uma regulamentação efetiva para as apostas esportivas no Brasil não será reconhecida a prática como uma atividade legítima. 4 de jan. de 2024

Para dar início ao processo de autorização das empresas interessadas, o Ministério da Fazenda ainda deverá publicar nova(s) regulamentação(es). 29 de dez. de 2024

Art. 6º A exploração de apostas de quota fixa será exclusiva de pessoas jurídicas que, nos termos desta Lei e da regulamentação do Ministério da Saúde, Lei nº 13.756, de 12 de maio de 2015, Mensagem de veto nº 29 de dez. de 2024

Art. 6º A exploração de apostas de quota fixa será exclusiva de pessoas jurídicas que, nos termos